

Reflexão sobre a integração do ISEG no processo de Bolonha.

O caso de duas Unidades Curriculares (obrigatórias) do 1º ciclo, que funcionaram no 2º semestre de ano lectivo 2006-07

Susana Santos

Professora auxiliar; Departamento de Economia

(Julho, 2007)

“Para resolver a «crise da racionalidade ocidental e do seu progresso», torna-se necessário convocar todas as forças para que o homem se mantenha desperto e responsável nesse âmbito de sabedoria vigilante, pensando sobre si, sobre o mundo, sobre a ciência e sobre o sentido da existência, no entendimento de que a determinação da sua essência nunca é resposta, mas essencialmente pergunta.

...

O desafio mais importante que hoje se coloca à escola, enquanto instituição de formação, parece ser o de uma mudança de paradigma, o de uma mudança do sistema explicativo, que tenha mais em conta a complexidade da aprendizagem do que as teorias tradicionais, influenciadas pelo comportamentalismo” (Reimão, 2006)¹

1. Introdução

A experiência vivida com a leccionação de duas Unidades Curriculares (à frente designadas por UC's) do Grupo I, por um lado, que já haviam sido leccionadas² pela autora em anos anteriores e, por outro, com regimes de avaliação muito diferentes; geraram um conjunto de situações propícias à presente reflexão, no âmbito da integração de Portugal e do ISEG no processo desencadeado com a assinatura da Declaração de Bolonha. Tais UC's são: Análise da Informação Económica e Empresarial (à frente designada por AIEE) - comum aos cursos de Economia, Gestão e Finanças; e Economia II (à frente designada por Ec.II) – comum àqueles três cursos e a MAEG.

Para tal e procurando algum fundamento empírico, nas/para as turmas leccionadas pela autora: foram trabalhados os resultados de um pequeno inquérito, realizado aos estudantes presentes na última aula de cada UC do semestre³ e foram trabalhadas as presenças ao longo do semestre, bem com as classificações obtidas nas épocas normal e de recurso.

2. Identificação da amostra de estudantes inquirida/estudada

Dos 72 estudantes inscritos em AIEE nas duas turmas leccionadas, 12 (16,7%) não frequentaram qualquer aula sendo, praticamente todos, desconhecidos pelos restantes colegas.

¹ Reimão, Cassiano “O estudante como centro do processo de formação” 4º Simpósio sobre Pedagogia na Universidade, promovido no âmbito das comemorações do 75º aniversário da Universidade Técnica de Lisboa, 21 de Fevereiro de 2006.

² Com outros nomes e programas, embora com diferenças não relevantes.

³ Com todos os inconvenientes da queda geral de assiduidade dos finais de semestre.

A tal inquérito a autora também reconhece deficiências de estrutura e concepção, assim como uma não significativa representatividade da amostra observada, conforme se poderá constatar no ponto 2.

Por outro lado, aos 60 estudantes que frequentaram pelo menos uma aula, juntam-se 12 inscritos noutras turmas e que frequentaram quatro ou mais aulas nas duas turmas em causa. Do grupo que frequentou as aulas (72 estudantes), responderam ao inquérito acima referido 32 estudantes, ou seja, 45,1% (6,7 % dos 477 estudantes inscritos em AIEE no semestre).

Por sua vez, dos 103 estudantes inscritos em Ec.II nas três turmas leccionadas, 22 (21,4%) não frequentaram qualquer aula, não tendo existido estudantes inscritos noutras turmas a frequentar as aulas das turmas em causa. Do grupo que frequentou as aulas (81 estudantes), responderam ao inquérito 49 estudantes, ou seja, 60,5% (6,4% dos 767 estudantes inscritos em Ec.II no semestre).

3. Avaliação das horas médias de trabalho e adequação ao ECTS

Tendo presente que o sistema de créditos curriculares (à frente designado por ECTS-*european credit transfer system*) constitui um dos instrumentos mais relevantes da política europeia de evolução do paradigma formativo⁴, subjacente ao processo (de Bolonha) de construção do espaço europeu de ensino superior; a presente reflexão não pôde deixar de passar pela formação de uma estimativa numérica, em termos de horas médias de trabalho, do esforço efectuado por cada estudante para a realização das UC's em análise e sua comparação com o número de créditos preestabelecidos para as mesmas.

Sendo 6 o número de unidades de créditos atribuído a cada uma daquelas UC's, o valor correspondente de horas de trabalho para a sua realização será de 144 horas⁵. O quadro abaixo constitui uma tentativa de avaliação desses valor.

Horas médias de trabalho com cada UC dos estudantes inquiridos e comparação com os valores preestabelecidos.

	Ec.II	AIEE
Aulas (a)	48,0	48,0
Provas escritas individuais (b)	5,0	5,0
Outras actividades, como: estudo, trabalhos, (c)	67,0	97,9
Total [(a)+(b)+(c)]	120,0	150,9

⁴ Conforme introdução aos «princípios reguladores de instrumentos para a criação de espaço europeu de ensino superior» - Decreto-Lei nº 42/2005 de 22 de Fevereiro (Diário da República Nº37 – I Série - A, pp.1494-1499.

⁵ Considerando que o esforço global atribuído ao semestre em análise é de 720 h (18 semanas a 40h/semana), que correspondem a 30 unidades de créditos – 1/6 dos 6 semestres lectivos de duração do 1º ciclo; a cada unidade de crédito correspondem 24 horas de trabalho (720/30) e, portanto, às 6 unidades de crédito, relativas às UC's em análise, 144 horas (24*6).

(Conforme: “Esclarecimentos sobre cálculo de ECTS” – Anexo1 à convocatória para reunião sobre processo Bolonha, 23/5/2005)

	Ec.II	AIEE
Total preestabelecido pelo ECTS	144,0	144,0
Desvio	- 24,0	6,9

- (a) Teóricas e práticas, em Ec.II (12 semanas, com 2T*1h e 1P*2h); teórico-práticas, em AIEE (12 semanas, com 2TP*2h) ao longo de 12 semanas. Não foram consideradas as aulas de dúvidas realizadas antes de cada uma das provas escritas individuais (compensam algum feriado, que tenha apanhado alguma das aulas e não tenha sido compensado).
- (b) Admite-se que os estudantes realizaram as provas da época normal e de recurso, o que aconteceu na maioria dos casos em Ec.II e de uma forma menos frequente em AIEE.
- (c) Estes valores (nº de horas de trabalho com outras actividades) foram calculados a partir do quadro seguinte:

	Ec.II	AIEE
Período de aulas (semanas * horas por semana)	19,00	49,94
- semanas	12	12
- horas por semana (estimativa, a partir do inquérito aos estudantes, a que se tem vindo a fazer referência)	1,6	4,2
Período além das aulas (semanas * horas por semana)	48	48
- semanas	6	6
- horas por semana (preestabelecidas pelo ECTS: 144h/18 semanas)	8	8

Temos, portanto, em termos médios, e em relação aos valores preestabelecidos pelo ECTS, valores estimados (com todas as deficiências inerentes) que nos levam a concluir que existiu um défice significativo de horas de trabalho em Ec.II e um excesso, também significativo, em AIEE – desvios fortemente influenciados pelos regimes de avaliação adoptados, conforme ponto seguinte.

4. Os regimes de avaliação em vigor e os preferíveis

No âmbito do Regime Geral de Avaliação de Conhecimentos (RGAC) em vigor desde o ano lectivo 2005/06, a avaliação de conhecimentos em ambas as UC's em análise compôs-se por prova(s) escrita(s) final(ais) e de componentes de avaliação ao longo do semestre (à frente designada por *als*), apenas no caso de AIEE.

Das componentes de *als*, definidas em AIEE, fizeram parte: quatro relatórios de grupo (obrigatórios) e exercícios individuais (pontuais, não obrigatórios), realizados fora das aulas; dois mini-testes (obrigatórios) e exercícios individuais ou de grupo (pontuais, não obrigatórios), realizados nas aulas; a assiduidade e a participação nas actividades lectivas. A classificação final destas componentes representou 50% da classificação final da época

normal, para os estudantes que realizaram prova escrita individual final nessa época e obtiveram uma classificação igual ou superior a 7 valores. Aquela representação verificou-se igualmente na classificação final da época de recurso, no caso dos estudantes reprovados na época normal, mas apenas nos casos em que os mesmos foram beneficiados.

Contrariamente ao verificado para as provas escritas individuais finais, conforme sabemos, para as componentes de *als* não foi (pre)definido qualquer espécie de calendário, capaz de estabelecer alguma articulação e coordenação inter-UC's. Daí resultaram situações de pedidos sobrepostos e/ou continuados de trabalhos e (mini) testes aos estudantes por parte de UC's com regimes mais ou menos intensivos de trabalho para *als*, onde se inclui a UC AIEE. Tal situação levou, por um lado, a que, muitas vezes, tais trabalhos fossem feitos à pressa/sob pressão, sem tempo para reflectir e investigar sobre o assunto, o que conduziu a níveis muito baixos de qualidade, traduzindo uma muito deficiente aquisição de conhecimentos – a par de situações de grande descontentamento e contestação. Por outro lado, verificou-se o inevitável adiar do estudo para o final do semestre, das UC's sem *als*, onde se inclui a Ec.II, traduzindo uma, igualmente, muito deficiente aquisição de conhecimentos. Em ambos os casos, no entendimento da autora, o realmente importante foi preterido pelo urgente, com todas as consequências nefastas daí resultantes.

A esse propósito, dos estudantes inquiridos, cerca de 94% (em ambas as UC's) preferem ter *als*, dos quais, acima de 80% considerando a assiduidade. Relativamente às outras possíveis componentes da *als*, as preferências manifestadas foram as seguintes:

Composição das componentes de avaliação ao longo do semestre preferíveis pelos estudantes inquiridos.

	Ec.II	AIEE
Trabalhos ou projectos individuais	60,9 %	63,3 %
→ 1	30,4 %	33,3 %
→ 2	28,3 %	26,7 %
→ 3 ou mais	2,2 %	3,3 %
Trabalhos ou projectos em grupo	73,9 %	93,3 %
→ 1	41,3 %	33,3 %
→ 2	19,6 %	30,0 %
→ 3 ou mais	13,0 %	30,0 %
Mini-testes	95,7 %	86,7 %
→ 1	4,3 %	13,3 %
→ 2	80,4 %	73,3 %
→ 3 ou mais	10,9 %	0,0 %
Total dos estudantes que preferem als	100,0 %	100,0 %

Quanto às ponderações a atribuir à classificação da *als* foram os seguintes os resultados obtidos:

Ponderações da avaliação ao longo do semestre na nota final, preferíveis pelos estudantes inquiridos.

	Ec.II	AIEE
40%	21,7 %	40,0 %
50%	41,3 %	26,7 %
60-90%	17,4 %	10,0 %
100%	17,4 %	20,0 %
Não responderam	2,2 %	3,3 %
Total dos estudantes que preferem <i>als</i>	100,0 %	100,0 %

Por seu lado, em muitos dos comentários/ sugestões, que os estudantes inquiridos fizeram de forma espontânea, predominaram aqueles que defendiam que a *als* apenas deveria ser considerada se contribuísse para a melhoria da nota final, tendo também havido alguns que defenderam a possibilidade de dispensa da prova escrita individual final (com a *als*).

5. Resultados obtidos

Foi a seguinte a distribuição relativa dos estudantes inscritos nas turmas leccionadas e que frequentaram pelo menos uma aula, de acordo com as classificações finais obtidas.

Classificações finais obtidas pelos estudantes inscritos e que frequentaram pelo menos uma aula nas turmas leccionadas.

valores	Ec.II	AIEE
0	22,2 %	23,3 %
[1 - 10[33,3 %	23,3 %
[10 - 15[38,3 %	30,0 %
[15 - 20]	6,2 %	18,3 %

Temos, portanto, 43,8% de aprovações em Ec.II e 48,3% em AIEE, reveladoras de deficientes níveis de aquisição de conhecimentos.

No caso dos estudantes inscritos e que não frequentaram qualquer aula nas turmas leccionadas, o nível de reprovação foi de 100%, dos quais 9,1% (2 estudantes) em Ec.II e 8,3% (1 estudante) em AIEE, obtiveram uma classificação maior do que zero valores.

Dos (11) estudantes inscritos noutras turmas e que frequentaram quatro ou mais aulas das turmas leccionadas em AIEE, (7) 63,6% obtiveram aprovação.

Para o total dos estudantes inscritos em todas as turmas (não considerando taxas de assiduidade), 33,9% obtiveram aprovação em Ec.II e 42,8% em AIEE.

6. Considerações/interrogações finais

Para a amostra observada, verificaram-se distorções significativas nas horas médias de trabalho atribuídas a cada UC, por parte dos estudantes (associadas, certamente, aos regimes de avaliação adoptados) e deficientes níveis de aquisição de conhecimentos, traduzidos por baixas percentagens de aprovação, em ambas as UC's.

Em ambas as UC's observadas, leccionaram-se em menos horas programas formulados (anteriormente) para mais horas e (na opinião da autora) não ajustados/ reformulados devidamente, o que se traduziu na escassez de tempo para exposição das matérias, troca de impressões, reflexão, recomendações em termos de outras abordagens e incitação ao espírito crítico e de pesquisa/investigação

Será que com a manutenção deste sistema:

- estaremos a contribuir para a preconizada “importante mudança nos paradigmas de formação, centrando-a na globalidade da actividade e nas competências que os jovens devem adquirir”⁴(pág.2) ?
- “quem aprende no ISEG será um profissional competente e um cidadão que compreende o mundo que o rodeia e a sua dinâmica de evolução”⁶ ?
- estaremos a “estimular ..o desenvolvimento do espírito científico e empreendedor, bem como do pensamento reflexivo”⁷?

Deveremos considerar a assiduidade às aulas obrigatória ou tentar criar condições que levem o estudante a considerá-la importante ou, até mesmo, imprescindível, eliminando das mesmas as presenças apenas físicas, com resultados duvidosos em termos de aquisição de conhecimentos e tantas vezes perturbadoras do bom andamento das aulas, com as óbvias consequências para aqueles que lá estão “de corpo e alma”?

⁶ Conselho Científico do ISEG (2006) “O Processo de Bolonha no ISEG: proposta de reforma curricular” (proposta aprovada na generalidade em plenário do Conselho Científico de 15 de Dezembro de 2005 e na especialidade na reunião da Comissão Coordenadora do Conselho Científico de 19 de Janeiro de 2006), p.4.

⁷ “objectivos do ensino superior a) artº11º ” - Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto – Lei de Bases do Sistema Educativo (alteração) (DR I Série – A, nº 166, pp. 5122-5138.

Preconizando-se um ensino centrado no estudante, estaremos a orientar essa centralização em termos qualitativos ou quantitativos? estar-lhe-emos a dar a atenção devida? Estaremos a ouvir (através dos seus representantes legais ou não) o que sentem sobre o sistema em que estão envolvidos? Em conversas informais com estudantes das turmas leccionada pela autora, em que os mesmos manifestavam o seu descontentamento e revolta em relação a tal sistema, foi sugerida a “reclamação”, através dos seus representantes legais e a resposta foi: temos medo das retaliações por parte de alguns docentes! Será esta a preconizada “renovação das práticas pedagógicas e da relação entre professores e alunos”⁸?

Os estudantes têm um contributo, talvez decisivo, na imagem no exterior da escola que frequentam. Será que os nossos estão a contribuir para a boa imagem do ISEG?

Será que os docentes envolvidos nos regimes intensivos de avaliação ao longo do semestre, que ocupam uma parte substancial do seu tempo a conceber, analisar e classificar os muitos (e, tantas vezes, maus) trabalhos/testes, realizados pelos estudantes, a fazer o registo da assiduidade, a atender os estudantes fora das aulas, muitas vezes com dúvidas devidas à falta de estudo ou de atenção nas aulas, não poderiam ser mais úteis (ao estudantes, à escola e à sociedade em geral) e produtivos se, em vez disso, estivessem a preparar melhor as aulas, a trabalhar, numa perspectiva de qualidade e não de quantidade, em componentes de *als*, ou a prosseguir o seu trabalho de investigação científica (componente realmente importante na avaliação e progressão na sua carreira e de, praticamente, ignorada importância na avaliação da imagem do ISEG no exterior)?

Como conclusão da presente reflexão, a autora considera evidentes as distorções geradas pelo regime geral de avaliação de conhecimentos, pelo processo de adaptação às regras definidas pela Declaração de Bolonha e pela actuação isolada e descoordenada das várias UC's e sugere uma maior atenção para as mesmas por parte dos órgãos competentes da escola.

⁸ Conselho Científico do ISEG (2006) “O Processo de Bolonha no ISEG: proposta de reforma curricular” (proposta aprovada na generalidade em plenário do Conselho Científico de 15 de Dezembro de 2005 e na especialidade na reunião da Comissão Coordenadora do Conselho Científico de 19 de Janeiro de 2006), p.26.